



Pré IGF Brasileiro

Fórum da Internet no Brasil



Fórum da Internet no Brasil

V FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL

PRÉ IGF BRASILEIRO

SALVADOR -BAHIA - 15-17 JULHO 2015

Painel

Marco Civil da Internet e

Regulamentação da

Neutralidade da Rede

Exposições das(os) Painelistas

- Haitam Naser (Ministério das Comunicações, setor governamental)
 - A Neutralidade da Rede é sujeita a interpretação e discutida em todo o mundo. Sua definição não é um consenso, no entanto já foi definida legalmente no Marco Civil.
 - O conceito surgiu da reação às práticas anticoncorrenciais das empresas de telecomunicações e a regulação no Brasil está sendo construída com a participação da sociedade, assim como foi feito com o Marco Civil.

- Haitam Naser (setor governamental)
 - A literatura em geral trata da Neutralidade na última milha (relação usuário-provedor), mas é preciso olhar o "*up-stream*".
 - Existem critérios legítimos para a priorização de pacotes: o gerenciamento da rede, como a priorização de serviços de emergência e o bloqueio da porta 25 não ferem a neutralidade.

- Alex Castro (SindiTelebrasil, setor empresarial)
 - Discorda da definição de neutralidade, mas apoia o texto da Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet.
 - Ataques e novos usos da Internet podem levar ao congestionamento das redes.
 - Em casos excepcionais, é necessário tomar medidas que ferem à neutralidade.

- Alex Castro (setor empresarial)
 - Sobre o *Zero Rating*, pediu que não se misture neutralidade com modelos de negócios.
 - Não defende Internet.org ou *Zero Rating*, mas a liberdade de modelos de negócios deve ser garantida, desde que não fira a neutralidade.
 - A priorização para serviços de emergência não deve ser obrigatória. Estes podem ser públicos ou privados, gratuitos ou pagos.

- Luca Belli (FGV-RJ, setor acadêmico)
 - A regra geral é a de que a neutralidade consiste em um tratamento não discriminatório (Art. 9º do Marco Civil).
 - A Internet é uma rede formada por diversas outras redes.
 - A neutralidade favorece a liberdade de expressão e inovação, fortalece a abertura e a concorrência, além de ser instrumento para salvaguardar os fundamentos da disciplina do uso da Internet (Art. 2º do Marco Civil).

- Luca Belli (FGV-RJ, setor acadêmico)
 - O Marco Civil no Brasil é ferramenta essencial para a gestão aceitável do congestionamento de tráfego na rede.
 - Gerenciamento de congestionamento temporário e excepcional;
 - Manutenção de integridade e seguridade das redes;
 - Gerenciamento de congestionamento em redes móveis.
 - *Zero Rating*: as operadoras desoneram provedores de serviços e aplicativos ou permitem que estes subsidiem o acesso/uso de aplicativos e serviços específicos. No entanto, tal prática gera uma vantagem injusta entre serviços similares, tais práticas vão contra o princípio de neutralidade.

- Gustavo Gindre (Intervozes, terceiro setor)
 - Importância na regulamentação do Marco Civil.
 - A Neutralidade da Rede se mostra essencial para evitar situações como as ocorridas na rede francesa do Minitel, onde a usuária e o usuário podiam utilizar somente as aplicações aprovadas e disponibilizadas pela empresa provedora do serviço.

- Gustavo Gindre (terceiro setor)
 - Serviços especializados, como bancos, podem utilizar rede *swift*, com IP e outros protocolos, mas não devem ser confundidos com Internet.
 - Necessidade de definir o *locus* do processo de Neutralidade da Rede, para evitar que a regulação se concentre em agências reguladoras, que são organismos passíveis de serem capturados por grandes atores envolvidos.

Debates do Painel

Tema 1: Neutralidade da Rede

- Debate plenária painel - tópicos
 - As práticas de *Traffic Shaping* (ex. degradação pontual de tráfego) são lesivas não só ao Marco Civil mas também ao direito do consumidor.
 - A sociedade tem o papel de batalhar para manter o que está previsto no Marco Civil da Internet, principalmente o art. 9º, que traz a neutralidade da rede como um direito.

- Debate plenária painel - tópicos
 - O Artigo 9º trata de “prestação adequada dos serviços e aplicações” e não de “fruição adequada”. São coisas diferentes: fruição remete à experiência do consumidor. Prestação, à ação das operadoras.

- Consensos

- A definição de neutralidade deve ser protegida, tal como proposta no *caput* do artigo 9º, da Lei nº 12.965/2014

- Dissensos
 - Não foi explicitado.

- Pontos a aprofundar
 - Não foi explicitado.

Tema 2: Modelos de Negócios

- Consensos

- A liberdade de modelo de negócios deve ser garantida, desde que não entre em contradição com a legislação vigente, tal como já exposto no Marco Civil da Internet.
- A Internet tem mostrado enorme capacidade de gerar modelos de negócios legítimos, desde que não contrariem a legislação.

- Dissensos
 - Não foi explicitado.

- Pontos a aprofundar
 - Os investimentos na rede como medida mais eficaz para evitar congestionamentos e estimular o desenvolvimento de planos de negócios que não impliquem em limitação, como o caso dos planos com franquia de dados.

Tema 3: Regulação e Atuação do Poder Público

- Debate plenária painel – tópicos
 - Crítica ao Modelo de repasse de lucros por parte das empresas de telecomunicações, que enviam grande parte dos lucros obtidos para suas matrizes em outros países, em detrimento de investimentos adequados à venda massiva de planos.
 - Há uma divergência em relação à aplicação dos fundos FUST e FISTEL, ligados às telecomunicações

- Consensos
 - Não foi explicitado.

- Dissensos
 - Não foi explicitado.

- Pontos a aprofundar
 - A falta de infraestrutura do Estado para a fiscalização e implementação de normas do Marco Civil.

Tema 4: *Zero Rating*

- Debate plenária painel - tópicos
 - Ilegalidade nas práticas de *Zero Rating* realizadas pelas operadoras.
 - O *zero rating* existe atrelado ao modelo de franquia de dados, refletindo um problema já anterior, derivado da ausência de atuação do poder público na definição de metas de universalização.

- Consensos
 - Não foi explicitado.

- Dissensos

- O *zero rating* fere a neutralidade de rede em qualquer situação.
- O *zero rating* fere a neutralidade de rede apenas quando há seleção de aplicativos ao fim da franquia.

- Pontos a aprofundar
 - Não foi explicitado.

Tema 5: Guarda de Registros

- Debate plenária painel – tópicos
 - O governo ainda não estabeleceu entidades que fiscalizem os registros de acessos a aplicações.
 - Há dificuldades, em especial com as redes de empresas de telecomunicações.

- Consensos
 - Não foi explicitado.

- Dissensos
 - Não foi explicitado.

- Pontos a aprofundar
 - Não foi explicitado.

Outros temas apresentados no debate da Trilha

Outros temas



- Os seguintes tópicos não diretamente relacionados ao tema da trilha foram apresentados e serão descritos e detalhados no relatório completo a ser publicado
 - Inflação de temas abordados no Marco Civil e que não eram previstos em seu escopo original.
 - O conceito de acesso universal tem como aspecto manter a Internet um ambiente aberto e não dominado por determinados interesses.
 - Questionamentos a respeito do Internet.Org como instrumento de inclusão digital.

egi.br